

A saúde é uma questão policial

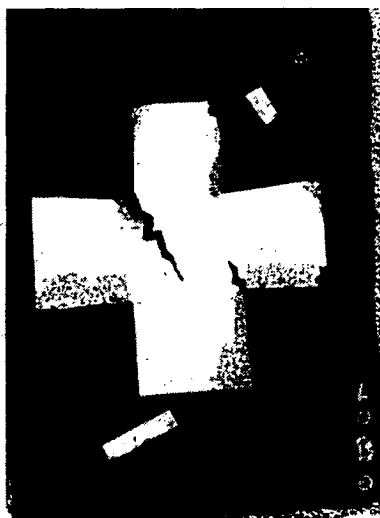
CORREIO BRAZILIENSE José Aristodemo Pinotti

- 7 NOV 1994

Estão de parabéns o Rio de Janeiro e a Procuradoria-Geral da República, que determinaram uma auditoria criminal sobre o caótico sistema de saúde brasileiro.

O descaso com o qual se tem tratado 70% da população, sem recursos para pagar privadamente pela saúde, tem raízes na história e na cultura do nosso país. A assistência médica, para quem não paga diretamente por ela, sempre foi considerada como um favor feito por filantropia, e não um direito. Agradece-se, quando se recebe e não se reclama, quando não se tem. Esse erro que é conceitual, pois, no fundo, todos pagam pela saúde, tem permitido que governo após governo, por incompetência e desconsideração, sejam causadores de milhares de mortes (leia-se assassínios) absolutamente evitáveis, todos os dias, sem responderem penalmente por isso e sem qualquer reação da população. O fato de dar à luz em cima de uma pia fica pequeno frente a todos os demais. Mas a imprensa iluminou-o e ele servirá para descobrir a podridão maior.

É necessário, entretanto, analisar as causas mais imediatas dessa tragédia, que se agravou muito ultimamente, para ver que todas elas são evitáveis, se houver vontade política e competência técnica. Além da razão mais óbvia, que foi a diminuição do orçamento da saúde pelo governo federal, de US\$ 80 por habitante/ano, em 1987, para 29 em 1993 (nos EUA e Europa Ocidental gasta-se mais de mil dólares); desrespeitou-se a Constituição, quando se recentralizou o Sistema no final de 1990 e início de 1991 (mediante Lei nº 8.142, de 28/12/90 e Resolução nº 01/91, de 9/1/91), destruindo a municipalização que apresentava excelentes resultados. Os trabalhadores de saúde, médicos e não médicos, voltaram a ser misera-



velmente remunerados, por falta de manutenção de política salarial correta; os dirigentes do sistema de saúde têm sido escolhidos sem critérios e trocados como se troca de camisa, descontinuando qualquer projeto sério. O resultado é o caos, alardeado pelos abutres que querem utilizá-lo (e, se possível, piorá-lo) para justificar um negócio altamente lucrativo para as companhias de seguros e bancos dentro do modismo neoliberal, que é a privatização da saúde. Enganam-se os médicos que imaginam ser beneficiados com esta situação.

A crise tende a se agravar com a implantação de um programa de estabilização econômica, ortodoxo e monetarista, sem o necessário componente de desenvolvimento partilhado ou de políticas públicas compensatórias competentes da área social. Ao contrário, diminuiu-se ainda mais as verbas da saúde com a criação de um fundo de emergência centralizado em Brasília, sem qualquer programa consistente em marcha, quando, na realidade, a Constituição determina, com sabedoria, clareza a modernidade, exatamente o contrário: descentralização de

recursos e do gerenciamento.

Engana-se o povo, assassinam-se cidadãos, desrespeita-se a Constituição e nada acontece, porque sempre se escolhe para o sacrifício os pobres e desamparados, sabendo do seu fraco poder de reação.

Estranho país este em que se permite milhares de mortes dolorosas, sem culpar e apenas a incúria, a incompetência e, por vezes, o apetite exagerado e criminoso dos que têm decidido sobre a saúde do povo.

Não quero continuar sendo cidadão de um país de assassinios permitidos, onde uma pequena (mas numerosa e poderosa) elite usufrui de vida nababesca e descompromissada.

Desculpem-me a indignação, mas convivo diariamente com mulheres que estão morrendo de câncer por falta do Teste de Papanicolaou nos Postos de Saúde (que custa muito pouco!); com recém-nascidos escolhidos para morrer, para dar lugar a outros, que têm um pouco mais de chance, nas UTIs dos nossos berçários com insuficiência de leitos e equipamentos; com crianças que morrem de fome e gestantes em ambulâncias, por falta de leitos obstétricos, quando centenas deles estão desativados. Meu silêncio seria a cumplicidade, porque sei que isso pode ser evitado, bastando, para tanto, aliar vontade política, competência técnica, muito trabalho e compromisso com as necessidades de 70% da população, e não com os interesses dos 10% de privilegiados.

Saúde é o bem maior do ser humano. Sem ela, a vida perde totalmente o seu sentido.

José Aristodemo Pinotti, ex-reitor da Unicamp, é professor titular de Ginecologia da USP e deputado federal eleito pelo PMDB de São Paulo.